

Sobre a (in)validade dos diferentes arcabouços teóricos para análise do setor informal

Comentários ao artigo “Setor Informal: do excedente estrutural à escolha individual”, de Carlos Alberto Ramos

Carlos Henrique Corseuil*

1. Introdução

O principal mérito do artigo, a meu ver, está na seleção adequada de um tópico bem definido, dentre uma infinidade que poderiam estar relacionados a esse tema. O autor expõe, de forma clara e sucinta, as alternativas existentes na literatura (perspectiva desenvolvimentista e novas interpretações) para justificar a existência do setor informal. Apesar de sucinta, a exposição é densa o suficiente para permitir uma análise crítica de cada uma das alternativas colocadas. Meus comentários concentrar-se-ão exatamente nessas críticas assinaladas pelo autor, nas quais julgo estar a maior contribuição do artigo.

Antes desses comentários, gostaria de ressaltar dois aspectos gerais destacados pelo autor: i) cada arcabouço analítico está relacionado a recomendações próprias de intervenções políticas, o que justifica a importância de se analisar criticamente qual o determinante da informalidade mais relevante para a nossa economia; ii) as alternativas não necessariamente estão fundamentadas na mesma definição de informalidade. Esses pontos-chave enriquecem o debate sobre as políticas a serem adotadas com vistas ao aumento do grau de formalização na economia brasileira. Com efeito, seria desejável que as discussões em torno dessa ques-

* Técnico de planejamento e pesquisa do IPEA. Av. Presidente Antonio Carlos, 51/ 14º andar, Rio de Janeiro – 20020-010. E-mail kiko@ipea.gov.br.

tão precisassem explicitamente esses dois critérios: qual o arcabouço analítico que fundamenta uma determinada política, e o que se entende por informalidade.

2. Comentários

2.1 Críticas ao arcabouço CEPAL/PREALC

O autor menciona que o debate sobre informalidade tomou novos rumos entre os anos 1980 e 1990. Nesse período, o pensamento cepalino adotado no âmbito do PREALC foi questionado tanto empiricamente como analiticamente. No que tange às críticas de teor empírico, o autor comenta que algumas previsões desse arcabouço não se confirmavam em pesquisas empíricas. Como ilustração desse fato, ele aponta que a previsão de níveis de emprego pró-cíclicos no setor formal e anticíclicos no informal não foi verificada no Brasil no período entre 1993 e 1998.

Contudo, considero particularmente inadequado o uso da economia brasileira desse período para testar previsões teóricas a respeito da evolução do emprego. Em minha opinião esse foi um período de transição econômica, ao longo do qual as firmas procuraram se ajustar a um novo contexto. Essa transição seria motivada por mudanças de caráter institucional e/ou regulatório tanto no mercado de trabalho como no de produto entre 1988 e 1995.

Nesse período tivemos:

i) Abertura comercial

Segundo KUME ET AL. (2003), a tarifa nominal média incidente sobre produtos importados diminuiu 27 pontos percentuais entre os anos mencionados acima.¹ Esse movimento impõe um cenário de maior competição no mercado de produtos para as firmas brasileiras.

ii) Estabilização de preços

É de domínio público o fato de ter havido uma quebra estrutural na evolução dos preços em 1994. As taxas anuais de inflação segundo o IPCA passavam de 1000% antes de 1994 e estabilizaram abaixo de 10%

após 1995.² Esse fato tem enorme implicação para a dinâmica dos salários reais. Antes de 1994, uma rigidez nominal nos salários podia não ser transmitida ao salário real caso não houvesse reajustes freqüentes. Com a estabilização dos preços, eventuais resistências contra a queda do salário nominal tendem a ser reproduzidas no salário real. Dessa forma, o empregador passa a ter uma maior limitação para se ajustar a choques negativos de demanda.

iii) Tendência de aumento do salário-mínimo

A evolução do salário-mínimo vem reforçar a tendência descrita acima no sentido de reduzir o grau de flexibilidade dos salários. O gráfico 1 abaixo mostra que após 1994 há uma tendência ascendente do valor real do salário-mínimo, que, em 2005, chega a patamares 50% maiores do que a média dos valores entre 1990 e 1994.

iv) Aumento dos encargos trabalhistas

De acordo com IPEA (2006), os encargos trabalhistas subiram de 43% para 57% dos rendimentos no setor industrial. Mais da metade deste aumento teria ocorrido entre 1988 e 1990, provavelmente em função de alterações promovidas pela Constituição de 1988.

Uma interpretação³ possível para essa conjuntura é dada pelo fato de que, se esses quatro fenômenos listados aumentaram, por um lado, a necessidade de ajuste por parte das firmas, dado o ambiente mais competitivo e de maiores custos trabalhistas, eles, por outro lado, bloquearam a alternativa de ajuste através dos salários. Dessa forma, as firmas podem ter optado por estabelecer contratos empregatícios mais flexíveis, aumentando o grau de informalidade da força de trabalho. Esse movimento pode ter dominado qualquer tendência advinda do ciclo econômico.⁴

2.2 Críticas ao empiricismo das novas tendências

Teoria e evidência empírica devem interagir reciprocamente para formular uma melhor compreensão dos fenômenos. A teoria poderia

tanto gerar previsões testáveis em pesquisas empíricas como dar fundamento ou racionalidade a um fato empírico novo.

No debate a respeito da informalidade no Brasil temos dado muita ênfase a evidências empíricas. Algumas dessas evidências tinham claramente a intenção de identificar qual arcabouço teórico se fazia corresponder mais estreitamente aos dados. O autor, porém, aponta criticamente que em outros casos as evidências são geradas de forma desconexa com a teoria. Como exemplo, cita um estudo segundo o qual a segmentação formal-informal poderia depender da posição do trabalhador na escala da distribuição de renda, sem que nenhum modelo de segmentação predissesse tal dependência.

A esse respeito penso que gerar esse tipo de resultado não deveria ser a prioridade de uma agenda de pesquisa sobre a informalidade. Mas, em se encontrando a referida dependência entre segmentação e posição na distribuição de renda, como foi o caso, seria importante voltar aos modelos teóricos e refiná-los no sentido de torná-los compatíveis com essa novidade. O mesmo ocorre com outros fatores, como o chamado “efeito farol” (relativo ao fato de a remuneração do setor informal acompanhar a do setor formal, principalmente no que concerne ao salário-mínimo).⁵

Dessa forma, penso que a prioridade numa agenda atual de pesquisa em informalidade no Brasil deveria ser dada à busca de um arcabouço teórico que desse fundamento aos principais fatos revelados pela vasta produção empírica recente.

2.3 Críticas à suposta desvinculação atual entre informalidade e desenvolvimento

Em suas considerações finais o autor argumenta ser necessário restabelecer, nos arcabouços teóricos que se propõem a explicar a informalidade, a conexão entre informalidade e grau de (sub)desenvolvimento da economia. Em seguida, porém, mostra-se cético em relação à possibilidade de se restabelecer essa conexão a curto prazo.

Em relação a esse último ponto eu tenho uma posição mais otimista. Uma vertente atual das teorias sobre desenvolvimento econômico

pode retomar o vínculo entre informalidade e subdesenvolvimento. O trabalho de BANERJEE E NEWMAN (1998) e outros que o sucederam lançam mão da hipótese de informação incompleta para explicar esse vínculo.⁶ A maioria das contribuições teóricas recentes têm empregado essa hipótese no mercado de crédito para explicar por que alguns empresários não ingressam no mercado de produtos com a tecnologia mais apropriada ou mesmo com a escala ótima, acabando por se tornarem firmas marcadas com aquelas características que a OIT associa à informalidade. Outros trabalhos dessa linha usam a mesma hipótese para explicar a informalidade pela ótica da legalidade.⁷

O autor agradece às sugestões de referências bibliográficas fornecidas por Gabriel Ulyssea e Esteban Jaimovich.

Notas

- ¹ Essa diminuição pode ser vista na tabela 1, tanto na média ponderada pelo valor adicionado como na média simples.
- ² Ver por exemplo as séries de preços disponíveis no IPEADATA (www.ipeadata.gov.br).
- ³ Também presente em IPEA (2006).
- ⁴ GOLDBERG E PAVCNIK (2003) mostram evidências empíricas acerca da contribuição do processo de abertura comercial brasileiro nessa época para a expansão do setor informal.
- ⁵ Evidências desse efeito estão documentadas em NERI ET ALI (2001).
- ⁶ Esse artigo menciona a retomada do vínculo entre informalidade e subdesenvolvimento ao contextualizar sua contribuição à luz das teorias de LEWIS (1954).
- ⁷ A esse respeito ver DESSY E PALLAGE (2003).

Referências bibliográficas

BANERJEE, Abhijit; NEWMAN, Andrew. Information, the Dual Economy, and Development. *Review of Economic Studies*, v. 65, p. 631-653, 1998.

DESSY, Sylvain; PALLAGE, Stéphane. Taxes, Inequality and the Size of the Informal Sector. *Journal of Development Economics*, v. 70, p. 225-233, 2003.

GOLDBERG, Pinelopi; PAVCNIK, Nina. The response of Informal Sector to Trade Liberalization. *Journal of Development Economics*, v. 72, p. 463-496, 2003.

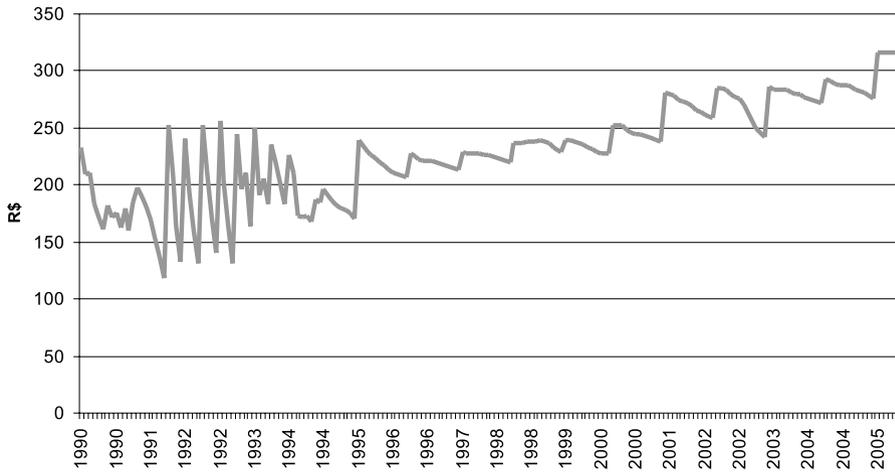
IPEA. *Brasil, o Estado de uma Nação: mercado de trabalho, emprego e informalidade*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

KUME, Honório; PIANI, Guida; SOUZA, Carlos Frederico. A política brasileira de importação no período 1987-1998: descrição e avaliação. In: CORSEUIL, Carlos H.; KUME, Honório (coords.) *A abertura comercial brasileira nos anos 1990: impactos sobre emprego e salário*. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.

NERI, Marcelo; GONZAGA, Gustavo; CAMARGO, José Márcio. Salário-mínimo, efeito farol e pobreza. *Revista de Economia Política*, v. 21, n. 2, p.78-90, 2001.

*Recebido para publicação em maio de 2007.
Aprovado para publicação em maio de 2007.*

Figura 1 - Salário Mínimo em valores reais



Fonte: Ipeadata